

A comunicação entre organismos públicos e marceneiros em relação a segurança e saúde do trabalho no período pós COVID-19 em um Município do interior de Alagoas

A comunicação entre organismos públicos e marceneiros em relação a segurança e saúde do trabalho no período pós COVID-19 em um Município do interior de Alagoas

DOI:10.34117/bjdv7n4-106

Recebimento dos originais: 13/03/2021

Aceitação para publicação: 05/04/2021

Jesimiel Pinheiro Cavalcante

Doutorando do Programa SOTEPP-UNIT-AL

E-mail:jesimiel.pinheiro@ifalpalmeira.edu.br

Walcler de Lima Junior

Professor do Programa SOTEPP-UNIT-AL

E-mail:walclerjunior@hotmail.com

Jesana Batista Pereira

Professora do Programa SOTEPP-UNIT-AL

E-mail:jesana.batista@souunit.com.br

Amanda Thais P. Cavalcante

Enfermeira do Trabalho-PMPI

E-mail:amandathais1982@gmail.com

RESUMO

Com o advento da atual pandemia, o artigo busca verificar as ações de comunicação entre organismos públicos que tratam sobre segurança e saúde ocupacional e os marceneiros no período pós COVID-19 na cidade de Palmeira dos Índios-Alagoas. Os resultados demonstram que o modelo de comunicação entre os órgãos Ministério do Trabalho e Emprego (M.T. E) que é responsável sobre segurança e saúde laboral no Brasil e a Vigilância Sanitária Municipal (V.S.M) que a nível municipal trata a gestão do controle da COVID-19 com os marceneiros tem sido ineficientes. Nenhum dos responsáveis pelas marcenarias conhece os meios de comunicação do M.T.E e V.S.M disponíveis e não recebeu informação destes órgãos sobre os cuidados com a saúde no período da pandemia, fato que resulta em 80% das marcenarias não adotar nenhuma mudança de postura em relação a prevenção do COVID-19, expondo os trabalhadores aos riscos.

Palavras chave: Pandemia, Riscos, Comunicação.

ABSTRACT

With the advent of the current pandemic, the article seeks to verify the communication actions between public agencies dealing with occupational safety and health and woodworker in the post-COVID-19 period in the city of Palmeira dos Índios-Alagoas. The results show that the communication model between the Organs Ministry of Labor and Employment (M.T. E) that is

responsible for occupational safety and health in Brazil and the Municipal Sanitary Surveillance (V.S.M) that at the municipal level deals with the management of covid-19 control with woodworker has been inefficient. None of the joinery officials knows the M.T.E and V.S.M media available and did not receive information from these agencies about health care during the pandemic period, a fact that results in 80% of joinery not adopting any change of stance in relation to the prevention of COVID-19, exposing workers to risks.

Keywords: Pandemic, Risks, Communication.

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta um estudo sobre os marceneiros de uma cidade do interior de Alagoas e o atual cenário da pandemia da COVID-19. Doença causada pelo SARS-COV-2 que tem forçado governos a tomarem posições nos sentido de sensibilizar a população sobre as medidas preventivas ao contágio(ALONSO et al., 2020). Entender como as ações de comunicação entre organismos públicos e os marceneiros sobre a prevenção ao COVID-19 no município de Palmeira dos Índios-Alagoas estão sendo feitas se reveste de importância por ser uma atividade produtiva que se caracteriza como de: intenso uso de mão de obra de baixa qualificação, baixa escolaridade e são administradas de forma familiar(BRAINER, 2018). O COVID-19 segundo decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) em 29/04/2020 é caracterizado como doença do trabalho(STF, 2020). Os trabalhadores brasileiros tem o direito da proteção à saúde através da redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de Normas de segurança, saúde e higiene garantidos pela Constituição Federal de 1988(BRASIL, 1988). No Brasil, a legislação referente à saúde e segurança do trabalhador é elaborada e fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (M.T. E) através da Secretaria de Trabalho. A nível municipal a gestão do controle da COVID-19 é de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal (V.S.M).

Este trabalho é um estudo transversal a partir de visitas realizadas em dez micro e pequenas marcenarias de móveis planejados das 20 existentes na cidade de Palmeira dos Índios, cidade do agreste alagoano com cerca de 70 mil habitantes. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho, onde através de um questionário estruturado, fechado, foram realizadas perguntas diretas sobre fatores ligados ao modo de comunicação entre os pequenos marceneiros e os órgãos públicos M.T.E. e V.S.M. A soma de trabalhadores nas marcenarias é de 24, onde 58% têm acima de 40 anos de idade, 71% trabalha há mais de 10 anos na atividade e apenas 33% concluíram o ensino fundamental. Não foi necessário nenhum tipo de identificação dos respondentes e a participação foi voluntária, cumprindo as recomendações da Resolução 510/2016(MINISTÉRIO DA SAÚDE-MS, 2016).O questionário foi composto por perguntas acerca de comunicação entre a V.S e o M.T.E objeto do questionário. As perguntas aos responsáveis pelas marcenarias foram: 1- Conhece os meios de comunicação do M.T.E e da V.S sobre legislação de segurança e saúde do trabalho?; 2 – Recebeu comunicação do M.T.E ou V.S

sobre cuidados com Segurança do Trabalho no período de Covid-19? ; 3 - Recebeu alguma capacitação externa sobre os riscos de transmissão de Covid-19 em sua atividade?; 4 - Existe uma interação de comunicação entre você e os demais marceneiros da cidade quanto à situação do Covid-19?; 5 - Foi adotada mudança de postura sobre Segurança do Trabalho no período de Covid-19?;

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diversas são as consequências do contágio com o SARS-COV-2 para as pessoas, tanto na saúde física e psicológicas quanto nas questões financeiras das empresas e para a população em geral (BEZERRA et al., 2020). No Brasil a partir do momento em que surgiu o primeiro caso de COVID-19, ocorreu uma grande procura da população em geral por informações sobre a doença e o modo de contágio (Figura 1).

Figura1: Procura por informação sobre o COVID-19 no Brasil



Fonte: (JÚNIOR et al., 2020)

O trabalho faz parte do cotidiano humano como atividade produtiva, na qual o homem busca seu sustento, porém estas atividades podem ocasionar danos à saúde do trabalhador. No Brasil, a portaria 3.214/78 contém as Normas Regulamentadoras (NR's) que tratam da prevenção, antecipação e controle de riscos de doenças e acidentes nos ambientes de trabalho, entre as NR's estão normas básicas para qualquer tipo de atividade laboral como a NR06 que trata da obrigatoriedade de uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a NR 09 que trata da obrigatoriedade do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e a NR07 que trata do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional(PCMSO). Segundo (SANTOS, 2019), os programas de saúde e segurança no trabalho especialmente os relacionados à NR 09 e NR 07 representam instrumentos que contribuem para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Nas questões de prevenção a saúde, o Brasil tem registrado nos últimos anos um número alto de doenças e acidentes de trabalho, onde o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgado no final de 2015, coloca o Brasil como 3º país do mundo em número de óbitos por acidentes e doenças do trabalho(FILGUEIRAS, 2017). A Organização

Mundial de Saúde (OMS) define saúde como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social não vinculando a ideia de ausência de doença (SEGRE; FERRAZ, 1997).

Para (SANTOS; ALMEIDA, 2015), os profissionais de marcenarias trabalham expostos a ruídos, vibrações, pó de madeira oriundos da utilização de diversas máquinas e equipamentos, onde alguns estudos brasileiros estimam que 66% a 78,6% dos marceneiros já sofreram algum acidente ou doença laboral. Segundo (RIBEIRO; ARAÚJO-JORGE; NETO, 2016), o ambiente laboral é o local onde diversos fatores ambientais interferem nas atividades, entre eles estão: físicos, químicos, biológicos que, interligados ou não podem impactar a saúde do trabalhador. Os riscos quando potencializados são prejudiciais à saúde dos trabalhadores em decorrências da ruptura da relação entre saúde e trabalho, interferindo no processo saúde/doença do trabalhador de maneira abrupta, com repercussões pessoais, econômicas e sociais (COSSI et al., 2015). Os riscos podem levar a acidentes que são os maiores e mais frequentes problemas de saúde nas atividades com processamento de madeira. Podem ir de casos simples a casos graves como perda de membros, lacerações, infecção secundária e até óbito (JUNIOR; ALMEIDA, 2014).

A falta de informações acerca da legislação sobre segurança e saúde do trabalho é um dos motivos da não aplicação dos princípios de segurança do trabalho nas atividades laborais (SILVA, 2016). A promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes está definida no Art.º 2º da Lei 11.652, de 7 de abril de 2008, assim como a produção de conteúdo com finalidades educativas, culturais e informativas (BRASIL, 2008). A interação entre trabalhadores e a segurança do trabalho é dada em grande parte através da linguagem da informação dos riscos existentes nos locais de trabalho e os meios de prevenção. O conceito de serviço público e de comunicação pública são derivados do vocábulo público da universalidade, da totalidade, onde deve atingir a todos (PAULINO; GUAZINA; OLIVEIRA, 2016). De acordo com (BARBOSA; SANTOS, 2018), a ação da comunicação pública deve estar alinhada com o compromisso de privilegiar o interesse público, coletivo, onde deve ser adaptado às necessidades e interesse da sociedade. A comunicação para Martin Heidegger como fenômeno ôntico é simplesmente falar com o outro e como fenômeno ontológico, equivale ao sentido, a compreensão de algo (CASTRO, 2014). Para Mikhail Bakhtin, a palavra é concebida como material da linguagem interior e da consciência, é um elemento cotidiano na comunicação, está presente nos atos de compreensão e de interpretação entre pessoas (SCORSOLINI-COMIN, 2014). Na análise do discurso, a linguagem é um mediador entre o homem e sua realidade natural e social e não é um sistema abstrato, é real com produção de sentidos (ORLANDI, 2005). A reprodução de informação tem os meios de comunicação de massa como elementos importantes de repasses destas informações (DELEUZE; GUATTARI, 1997). De acordo com Foucault, o saber se constitui a partir da prática discursiva (SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004). Um país de regime democrático tem o dever de viabilizar uma linguagem comunicativa com a sociedade através de instrumentos que atingem suas vidas através do livre acesso à informação pública em

que as demandas dos cidadãos sejam entendidas e possam servir para tratamento das informações (BARROS; BARROS, 2016).

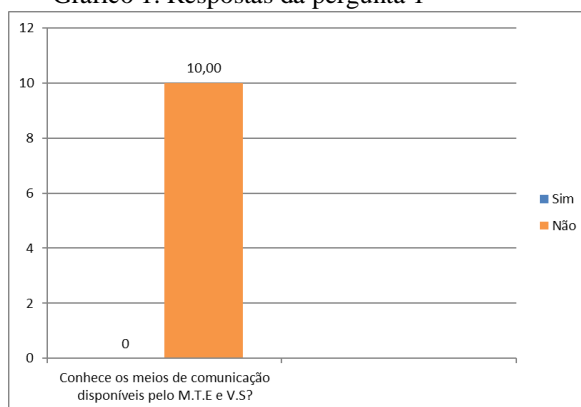
Um campo que vem sendo estudado há alguns anos e está em formação é a comunicação e saúde, que trata de um espaço socio discursivo de natureza simbólica, onde agentes, instituições criam relações políticas através de lutas e negociações que podem resultar em políticas públicas (CAPONI, 2008). A importância da comunicação ligada a saúde torna-se cada vez mais um instrumento de grande importância para ações de promoção e proteção a saúde do cidadão e do trabalhador, onde a comunicação é entendida como um processo de troca simbólica “mensagem e de uma resposta” (CYRINO; CYRINO, 1997). A exposição midiática da saúde tem como um dos objetivos reforçar círculos de atenção social, essenciais aos posicionamentos políticos e às ações coletivas em detrimento da população, bem como dos trabalhadores (CAVACA; EMERICH, 2016).

Desta forma este artigo tem o objetivo de verificar as ações de comunicação e diálogo do Ministério do Trabalho e Vigilância Sanitária Municipal com os pequenos marceneiros do município de Palmeira dos Índios após o surgimento da pandemia em relação a saúde e segurança dos trabalhadores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

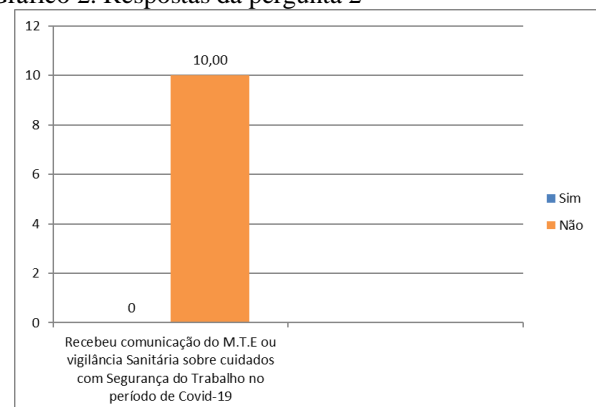
O gráfico 1 demonstra que 100% dos responsáveis pelas movelarias não conhecem os meios de comunicação disponíveis para informações quanto a segurança e saúde do trabalho das instituições M.T.E e V.S.M, demonstrando um distanciamento entre o setor produtivo dos pequenos marceneiros e as instituições M.T.E e V.S.M. O gráfico 2 demonstra que 100% das marcenarias não recebeu comunicação direta do M.T.E ou V.S sobre cuidados com Segurança do Trabalho no período de Covid-19, com isto verifica-se o distanciamento do processo de comunicação entre os órgãos públicos M.T.E e V.S.M e os marceneiros.

Gráfico 1. Respostas da pergunta 1



Fonte: Autores

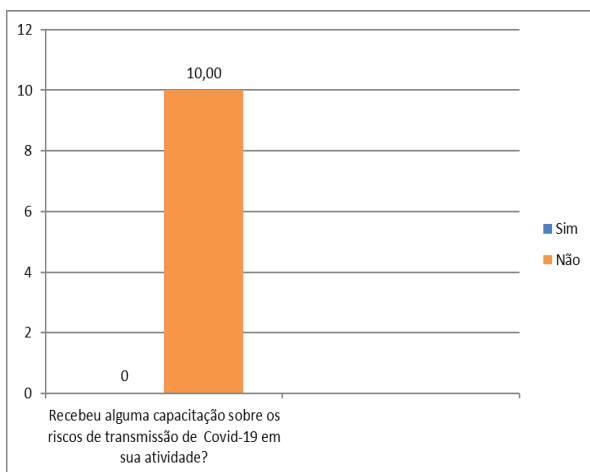
Gráfico 2. Respostas da pergunta 2



Fonte: Autores

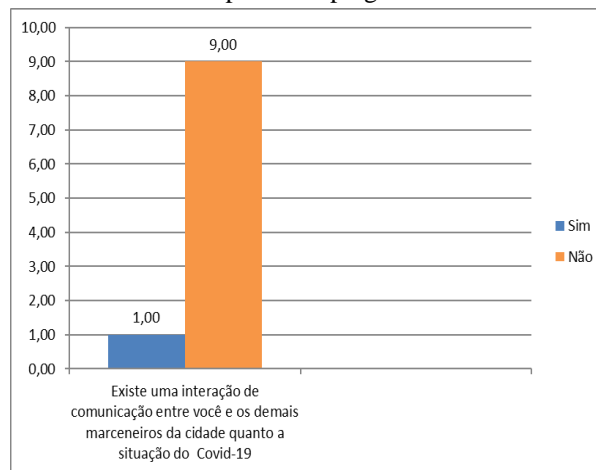
A ausência da capacitação sobre os riscos de transmissão do COVID-19 está demonstrando no gráfico 3, situação vulnerável frente aos riscos de contágio. Existe também a falta de interação comunicativa entre os próprios marceneiros, onde 10 % mantém contato com os outros. Uma das possíveis consequências da falta de comunicação entre os órgãos M.T.E e V.S.M com os marceneiros na cidade estudo é o que mostra o gráfico 5, onde apenas 20% dos responsáveis pelas mercenarias adotaram alguma mudança de postura sobre prevenção ao COVID-19.

Gráfico 3. Respostas da pergunta 3



Fonte: Autores

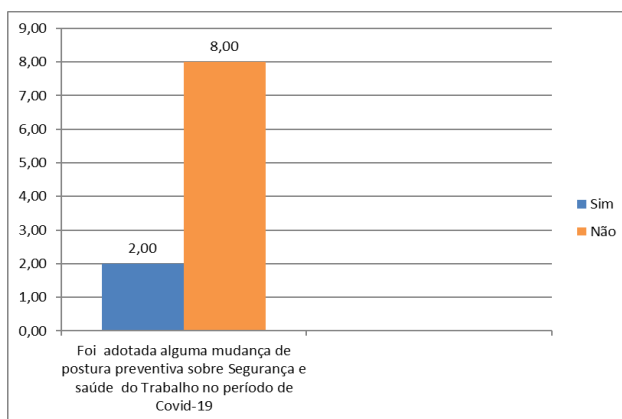
Gráfico 4. Respostas da pergunta 4



Fonte: Autores

A partir destas duas respostas positivas em relação a pergunta 5, surgiu uma outra pergunta: Como eles conseguiram a informação de prevenção ao COVID-19? E as duas respostas apontam para conteúdos veiculados em programas de televisão.

Gráfico 5. Respostas da pergunta 5



Fonte: Autores

A consequência direta da falta de um processo informativo eficiente é o aumento das chances de adoecimento dos trabalhadores e, por extensão, de seus familiares. Os trabalhadores acobertados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) terão a cobertura necessária, porém sabe-se que a informalidade no Brasil é bem representativa (GALINARI; TEIXEIRA JUNIOR; MORGADO, 2013), nestes casos os trabalhadores podem ficar sem cobertura financeira. Um outro aspecto que a falta de informação e comunicação eficiente aos marceneiros pode ter por consequência é o atraso dos serviços comprometendo a estabilidade financeira das marcenarias. As perdas financeiras provocadas pela presença da COVID-19, se materializam como um problema socioeconômico real, podendo levar a um aumento dos riscos de distúrbios psicológicos nos trabalhadores e familiares (BEZERRA et al., 2020). Apesar do estudo ser apenas em uma cidade, verifica-se que numa amostragem de 50% do universo da pesquisa 80% das marcenarias não adotaram nenhum tipo de medida preventiva ao COVID-19. Esta situação nos leva a ficar atentos quanto a atividade de marcenarias em outros municípios Brasileiros do mesmo porte, bem como em outras atividades consideradas artesanais.

4 CONCLUSÃO

As atividades laborais como as dos marceneiros, oficinas mecânicas e de artesãos em geral, utilizam habilidades manuais transmitidas de geração para geração. Seja por seu caráter pré-industrial, seja pelo perfil socioeconômico dos trabalhadores, esse tipo de ofício vem sendo menosprezado e sub-remunerado nas relações de troca na sociedade (SENNETT, 2015). Considerando o conjunto de riscos e aspectos depreciativos decorrentes do modo de produção e do valor social do trabalho artesanal, assume-se a importância de se pôr em prática políticas de comunicação que alertem à categoria, operando nas relações entre órgãos de saúde, de segurança do trabalho e os marceneiros. Para que tal iniciativa seja exitosa, entende-se que a comunicação não deva se limitar apenas como uma transmissão de informações entre emissor e receptor, mas sim, opere como um processo de produção de sentidos e construção da realidade (ORLANDI, 2005).

Até o mês de setembro de 2020, o Brasil apresenta mais de 130 mil mortes por COVID-19, além de um acréscimo de mais de 2 milhões de trabalhadores desempregados. A atividade de marcenarias é bem representativa no Brasil, representando mais de 20 mil estabelecimentos de fabricação de móveis, além das marcenarias que trabalham com artesanato (BRAINER, 2018). A partir destes dados assume-se a importância de se implementar políticas de comunicação eficientes entre os órgãos públicos e os marceneiros. Os resultados demonstram que o modelo de comunicação dos órgãos responsáveis pela segurança e saúde do trabalhador de marcenaria, assim como os alertas específicos de proteção ao COVID-19, tem sido ineficientes. A informação não tem chegado aos marceneiros, fato que resulta em 80% das marcenarias não terem adotado nenhuma mudança de postura em relação a prevenção do COVID-19, expondo os trabalhadores

ao risco de contágio. Destaca-se também os riscos relativos ao equilíbrio econômico desse mercado, já historicamente fragilizado. Conclui-se a partir dos resultados que existe a necessidade de estudos mais aprofundados junto aos marceneiros dos municípios Alagoanos para verificar em que aspectos as políticas de comunicação, entre os órgãos públicos e os marceneiros, tem se mostrado insipientes na tarefa de prevenção a pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, W. J. et al. Covid-19 em contexto: comparação com a mortalidade mensal por causas respiratórias nos estados brasileiros. **interamerican journal of medicine and health**, v. 1, n. 3, p. 1–21, 2020.
- BARBOSA, G. F. D.; SANTOS, C. M. R. G. DOS. **Comunicação Pública: desafios sob a perspectiva reticular - II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais**. PPGCC, 2018.
- BARROS, C. L.; BARROS, L. F. B. DE. **Poder Legislativo E Cibercidadania: Um Diálogo Democrático Na Sociedade Informacional - Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea-UNISC** Santa Cruz do Sul UNISC, , 2016.
- BEZERRA, A. C. V. et al. Factors associated with people's behavior in social isolation during the covid-19 pandemic. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, p. 2411–2421, 2020.
- BRAINER, M. S. DE C. P. Setor moveleiro: aspectos gerais e tendências no brasil e na área de atuação do BNB. **Caderno Setorial ETENE**, v. 34, p. 1–22, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de documentação, 2019**. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>.
- BRASIL. **Lei Nº 11.652, De 7 De Abril De 2008 - Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo. Diário Oficial de União: Seção 1, Brasília, DF, p.1,08 de Abril de 2008**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11652-7-abril-2008-573720-norma-pl.html>>.
- CAPONI, S. Resenha livro Comunicação em Saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 5, p. 1192–1197, 2008.
- CASTRO, F. F. DE. Linguagem e comunicação em Heidegger. **Galáxia (São Paulo)**, v. 14, n. 27, p. 85–94, 2014.
- CAVACA, A. G.; EMERICH, T. B. Observatórios de Saúde na Mídia : dispositivos de análise crítica em Comunicação e Saúde. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, v. 18, n. 3, p. 4–5, 2016.
- COSSI, M. S. et al. Análise Crítica dos Acidentes de Trabalho no Brasil. **Rev. de Atenção à Saúde**, v. 13, p. 100–109, 2015.
- CYRINO, A. P.; CYRINO, E. G. Integrando Comunicação, Saúde e Educação: experiência do UNI-Botucatu. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, p. 157–168, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **MIL PLATÔS**. 1. ed. São Paulo-SP: EDITORA 34 R, 1997.
- FILGUEIRAS, V. A. Saúde e segurança do trabalho no Brasil. **Saúde e segurança do trabalho no Brasil**, p. 474, 2017.
- GALINARI, R.; TEIXEIRA JUNIOR, J. R.; MORGADO, R. R. A competitividade da indústria de móveis do Brasil: situação atual e perspectivas. **BNDES Setorial**, v. 37, p. 227–272, 2013.
- JUNIOR, E. D. O.; ALMEIDA, F. S. E S. DE. Avaliação de Riscos de uma Empresa de Embalagens de Madeira. **Laborativa/Unesp**, p. 41–55, 2014.

JÚNIOR, J. H. DE S. et al. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2, p. 331–346, 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso - Princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PAULINO, F. O.; GUAZINA, L.; OLIVEIRA, M. Serviço público de mídia e comunicação pública: conceito, contextos e experiências. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 55–70, 2016.

RIBEIRO, J. M. P.; ARAÚJO-JORGE, T. C.; NETO, V. B. Ambiente, saúde e trabalho: Temas geradores para ensino em saúde e segurança do trabalho no Acre, Brasil. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 20, n. 59, p. 1027–1039, 2016.

SANTOS, M.; ALMEIDA, A. Principais riscos e fatores de risco ocupacionais dos marceneiros e carpinteiros, bem como doenças profissionais associadas e medidas de proteção recomendadas. **Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional**, 2015.

SANTOS, R. Utilização dos Programas de Saúde e Segurança no Trabalho para Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais. **Ideias & Inovação**, v. 5, n. 2, p. 93–100, 2019.

SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. **Foucault e os domínios da linguagem - discurso, poder e subjetividade**. 1. ed. São Carlos-SP: ClaraLuz Editora, 2004.

SCORSOLINI-COMIN, F. Diálogo e dialogismo em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire: contribuições para a educação a distância. **Educação em Revista**, v. 30, n. 03, p. 245–265, 2014.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. The Health's Concept. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 5, p. 538–542, 1997.

SENNETT, R. **O artífice inquieto**. 5. ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Record Ltda, 2015.

SILVA, H. C. Falta De Implantação De Engenharia E Segurança Do Trabalho Em Uma Empresa Familiar. **Anais do VI Congresso de Iniciação Científica da FE**, n. 1, p. 195, 2016.

STF. **Para STF, covid-19 é doença ocupacional**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/30/para-stf-covid-19-e-doenca-ocupacional-e-audidores-poderao-autuar-empresas>>. Acesso em: 6 out. 2020.